

De acordo com a regulamentação sanitária no Brasil, as alegações das peças publicitárias de medicamentos (PPM) devem ser apresentadas com referências científicas acessíveis. Apesar disso, quando se realiza uma análise dessas referências – no Brasil e em outros países - é possível observar irregularidades relacionadas com imparcialidade, exatidão e acessibilidade preconizada em documentos oficiais. O objetivo deste trabalho foi analisar PPM dirigidas a médicos quanto à acessibilidade das referências e a exatidão das informações contidas nas mesmas. As PPM foram coletadas em congresso da área de neuropsiquiatria em 2009. Todas as referências citadas foram organizadas em planilhas e posteriormente foi verificada a acessibilidade por meio do banco de dados *Pubmed* e, no caso de não ser encontrado, no buscador *Google*. A acessibilidade foi classificada: acesso livre ao material completo; somente pelo Portal de Periódicos Capes; somente resumo; sem acesso a qualquer informação. Foram analisadas até o momento quatro peças publicitárias, tendo sido listadas 61 referências. Os medicamentos pertencem as classes terapêuticas: antipsicótico (01); antidepressivo (02); estimulante do SNC (01). 70% são artigos de revisão tradicional, 27% são estudos clínicos; 2% são bulas do medicamento, 1% resumo de congresso. A maior parte das referências ($\geq 70\%$) foi localizada por meio do Portal da Capes, isto é, restrito a um grupo de indivíduos. No momento está sendo realizada a comparação dos dados do artigo e os declarados na PPM. Os trabalhos completos serão ainda analisados, por 2 pesquisadores independentes, para comparar a alegação na PP e o resultado presentes no material citado. No caso de discordância entre as avaliações, um terceiro pesquisador será requisitado.